

## DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AOS ATENDIDOS DO INSTITUTO DO DEFICIENTE AUDIOVISUAL DE VOTUPORANGA: UM RELATO DE PRÁTICA.

NOMIYAMA, Lucy Yochie Teramoto (autora) UNIFEV – Centro Universitário de Votuporanga

CHIPARINI, Sandra Regina (autora) UNIFEV – Centro Universitário de Votuporanga

RALHO, Marinês Ralho (Prof. Ma. orientadora) UNIFEV – Centro Universitário de Votuporanga

A deficiência visual no Brasil enfrenta grandes desafios, sendo que pouco se investe para que este público supere as dificuldades impostas ao seu cotidiano. Das políticas públicas existentes, poucas são destinadas a este segmento e se resume a alguns benefícios como: agilização ao acesso a serviços de saúde, educação especial (Método Braille), BPC (Benefício de Prestação Continuada). Atualmente o IDAV atende 30 pessoas de diversas faixas etárias, sendo quatro homens, treze mulheres, dez jovens e três crianças. A maioria dos atendidos são adultos e idosos, recebem o Benefício de Prestação Continuada, convivem com suas famílias, e têm acesso aos bens e serviços disponibilizados por meio das ações da instituição. A pesquisa realizada apresenta o perfil dos usuários e aponta que a deficiência visual atinge pessoas independentemente de classes sociais e econômicas. Foi detectado também as dificuldades das famílias dos deficientes visuais na adequação e no enfrentamento desta questão. É neste contexto que se apresenta o grande desafio do Serviço Social nesse segmento. A escassez de políticas públicas e a falta de comprometimento da sociedade são os principais obstáculos enfrentados na execução das ações necessárias ao desenvolvimento e emancipação desta categoria. Segundo o artigo 24 da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais. Nessa perspectiva, a instituição oferece serviços socioassistenciais voltados ao processo de habilitação e reabilitação, na garantia dos direitos sociais, contribuindo para o pleno

desenvolvimento como pessoa humana. O serviço em questão se justifica pela necessidade de lutar pela autonomia, emancipação desses indivíduos na sociedade.